

TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA DE VIDA ACADÊMICA WAUJA

Autaki Waurá¹

Resumo: Neste trabalho descrevo minha trajetória tanto na educação Wauja, povo a qual pertencço, como na escolarização não indígena, a entrada na universidade e realização de pesquisa de mestrado. Analiso a educação Wauja, relacionada a reclusão pubertária, e os modos de aprendizagem das crianças e dos jovens Wauja que foram temas de minha dissertação e estão relacionados a minha trajetória como professor indígena. O povo Wauja é falante de língua do tronco Aruwaki que vive na Terra Indígena do Xingu e no Estado de Mato Grosso-MT. Os Wauja recebem a educação desde crianças e até a vida adulta com as famílias, por meio de orientações orais, de práticas manuais e da observação. Atualmente, há a oportunidade de os indígenas acessarem a universidade e realizarem suas próprias pesquisas. A partir da minha experiência mostro que o estudo na universidade é importante para os povos indígenas como modo de fortalecimento das suas tradições e da luta por direitos específicos e reconhecimento.

Palavras-chave: Trajetória indígena na universidade. Educação Wauja. Educação não indígena.

WAJUA'S TRAJECTORY AND EXPERIENCE OF ACADEMIC LIFE

Abstract: In this paper I describe my trajectory both in Wauja education, the people to which I belong, and in non-Indigenous schooling, entering university, and conducting master's research. I analyze Wauja education, related to puberty seclusion, and the ways of learning of Wauja children and young people, which were the subjects of my dissertation and are related to my trajectory as an indigenous teacher. The Wauja people are speakers of the Aruwaki language trunk who live in the Indigenous Land of Xingu and in the state of Mato Grosso-MT. The Wauja receive education from childhood through to adulthood with their families through oral guidance, manual practices, and observation. Currently, there is the opportunity for the indigenous people to access university and conduct their own research. From my own experience I demonstrate that studying at university is important for indigenous people as a way of strengthening their traditions and the struggle for specific rights and recognition.

Keywords: Indigenous trajectory in the university. Wauja education. Non-indigenous education

TRAYECTORIA Y EXPERIENCIA DE LA VIDA ACADÉMICA WAUJA

Resumen: En este trabajo describo mi trayectoria tanto en la educación Wauja, pueblo al que pertenezco, como en la escolarización no indígena, ingresando a la universidad y realizando investigaciones de maestría. Analizo la educación Wauja, relacionada con la reclusión en la

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). Graduado em Educação Intercultural, com habilitação em Ciências da Linguagem, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor indígena desde 2006. Atualmente leciona na Escola Indígena Municipal Ulupuwene (aldeia Ulupuwene, Parque Indígena do Xingu). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5784-881X>. E-mail: autakiwaura@gmail.com.

puberdade, y las formas de aprender de los niños y jóvenes Wauja que fueron objeto de mi tesis y tienen relación con mi trayectoria como profesor indígena. El pueblo Wauja é hablante de la lengua troncal Aruwaki que vive en la Tierra Indígena Xingu y en el Estado de Mato Grosso-MT. Los Wauja reciben educación desde la infancia y hasta la edad adulta con sus familias, a través de la orientación oral, las prácticas manuales y la observación. Actualmente, existe una oportunidad para que los indígenas accedan a la universidad y realicen sus propias investigaciones. Con base en mi experiencia, muestro que estudiar en la universidad es importante para los pueblos indígenas como una forma de fortalecer sus tradiciones y luchar por derechos específicos y reconocimiento.

Palabras-clave: Trayectoria indígena en la universidad. Educación Wauja. Educación no indígena.

INTRODUÇÃO

O Wauja é falante de língua do tronco *Aruwak* que vive na Terra Indígena do Xingu² (TIX). Nesse Território há oito aldeias Wauja, cinco estão localizadas nas margens do rio Batovi, mais especificamente, na região do Alto Xingu, no município de Gaúcha do Norte e de Paranatinga, são elas: Piyulaga, Ulupuwene, Tamitatoalo, Topepeweké, Tsekuru e Álamu. Outras duas aldeias, Piyulewene e Kiyagaluwá, se localizam na região do Médio Xingu. A aldeia Piyulewene fica na margem do rio Karl Von den Steinen, no município de Feliz Natal, e a aldeia Kiyagaluwá está situada na margem do rio Ronuro, no município de Nova Ubiratã. O Wauja integrante da região Alto Xinguana participa de todos rituais realizados entre dez comunidades que são: *Kaumã*, *Yamurikuma*, *Pohoká*³ e demais outras festas culturais. Porém, eles têm os seus próprios costumes que não são partilhados, que apenas eles realizam. Vivemos da pesca, da caça, do cultivo de espécies como a mandioca e outros alimentos.

O objetivo deste trabalho é apresentar minha trajetória acadêmica como estudante e professor indígena Wauja na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na sociedade Wauja. Neste trabalho descrevo o caminho que enfrentei para ingressar na UFG e, depois, no doutorado, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para assim, realizar estudo, adquirir o conhecimento não indígena para defender os direitos

² O primeiro nome desse território, em sua criação, foi “Parque Nacional do Xingu” (PNX). Atualmente, é denominado “Parque Indígena do Xingu” (PIX) ou “Terra Indígena do Xingu” (TIX). Prefiro usar “Terra Indígena do Xingu” que é o nome mais adequado para os povos indígenas do Xingu. Mas adiante apresentarei os povos do Xingu em nota de rodapé.

³ O ritual em memória dos finados mais conhecido como *Kuwarup* na língua do povo Kamaiurá. *Yamurikumã* é uma festa das mulheres do Alto Xingu em que apenas mulheres participam. *Pohoká* é o nome do ritual em que os rapazes, escolhidos para serem futuros caciques de suas comunidades, recebem a furação de orelhas.

conquistados tanto na educação quanto na saúde e demais outros direitos garantidos para os povos indígenas brasileiros. Compreendendo que cada povo tem os seus próprios modos de aprendizagem de acordo com seus conhecimentos, da língua materna, das práticas alimentares. Inclusive os não indígenas têm seus modos próprios de ensinar, de instruir suas crianças para que aprendam as suas culturas, para que tenham uma boa formação, para serem uma pessoa sábia e terem uma vida digna. Do mesmo modo, o Wauja tem o seu próprio modo de ensino e aprendizagem na vida, cuidam da formação da pessoa Wauja o que não acontece em um prédio, como na escola, na universidade, mas em casa, no pátio da aldeia e nos passeios, nas florestas, nos rios, nas danças culturais. Tendo isto em vista, neste ensaio, ao descrever minha trajetória, trato de modos próprios de ensino e aprendizagem, da educação Wauja que está relacionada a reclusão pubertária, que também foi tema de minha pesquisa de mestrado.

Este trabalho surge como forma de compreender o processo de entrada de estudantes indígenas na universidade, a importância destes e as finalidades de sua participação em uma instituição de ensino superior. Eu tinha o sonho de ingressar na universidade para conhecer a minha própria cultura, a produção da pessoa que está relacionada a reclusão pubertária. Como contarei neste texto, tinha interesse em entender o processo desta prática, a educação, o aprendizado obtido na reclusão pubertária em que os meninos aprendem sobre cestaria e as meninas aprendem a produção de fio de algodão.

A reclusão pubertária é uma tradição do Wauja e dos povos no Alto Xingu⁴. Dez povos realizam esta prática como: Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinaku, Nafukuwá, Trumai, Wauja e Yawalapiti. Esses povos são praticantes de rito de passagem da reclusão pubertária do Alto Xingu. Nesse espaço os jovens recebem

⁴ O território conhecido como Terra Indígena do Xingu tem 16 povos indígenas diferentes, divididos entre quatro regiões que se chamam Alto Xingu, Médio, Baixo e Leste Xingu. Em cada uma dessas regiões residem diversas etnias, por exemplo, como destaquei: no Alto Xingu tem onze etnias, Aweti, Kamaiurá que são falantes da língua Tupi, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Nafukuá, Naruvotu que são falantes de língua Karib e Trumai falante da língua isolada ou língua Trumai. Também o povo Ikpeng (Txicão) é falante de família do tronco linguístico Karib e se localiza no Médio Xingu. Além disso, tem outros povos que são: Kawaiweté (Kaiabi), falante de família do tronco linguístico Tupi-Guarani e Yudjá (Juruna) que é falante da família linguística juruna ou Tupi que ficam no Baixo Xingu. Kisedje (Suiá) e Tapayuna que são falantes de língua Jê ou Macro- Jê que situam no Leste Xingu. Esses povos indígenas fazem parte do Xingu, tem suas respectivas culturas e cada povo tem seu modo de viver nas comunidades ou nas suas aldeias.

ensinamentos do seu povo, como: as produções de materiais, o equilíbrio emocional, espiritual, a produção do corpo e é também uma continuidade de conhecimento do povo ancestral.

As novas gerações quase não conhecem as regras e o processo do rito de passagem da reclusão pubertária. Apenas os anciãos e as anciãs conhecem a importância deste aprendizado do seu povo. Devido ao grande contato com os não índios, os jovens Wauja estão se envolvendo nos serviços dos não indígenas. Com novos costumes, eles acabam se adaptando, substituindo os seus próprios modos de viver e as suas práticas da reclusão pubertária.

No decorrer de minha pesquisa de mestrado percebi que a prática da reclusão está mudando e sem a comunidade perceber. Os Wauja não tinham percebido, não tinham preocupações sobre mudanças culturais. Nesse sentido que a universidade é fundamental para os indígenas, para aprender a cultura dos não indígenas, mas também para atuar como pesquisadores/as de seus próprios povos, contar suas próprias histórias, publicar seus trabalhos, os seus registros através do estudo na universidade. Embora muitos/as estudantes indígenas tenham grande dificuldade de deslocamento das aldeias para participarem da seleção nas cidades, há interesse em concorrer as vagas nas universidades. Assim, quero destacar que a criação da Lei de Cota na universidade facilitou, abriu a porta da universidade para os povos indígenas acessarem o ensino superior. A partir de ações afirmativas, nós tivemos grande oportunidade de realizar o nosso desejo, buscando os estudos que interessam para a comunidade e para os/as alunos/as nas escolas indígenas. Além disso, temos uma nova experiência com os conhecimentos acadêmicos.

Muitas vezes os indígenas não têm oportunidade de mostrar os seus costumes, as suas realidades e, assim, suas epistemologias e entendimentos sobre a criação do mundo e a humanidade que é específica para cada povo. Através do estudo nas universidades, nós alunos/as podemos tecer nossas redes de conexão de conhecimentos, estabelecendo aproximação com autoridades, abrindo e continuando o caminho de luta para defender nossas casas e a terra. Quando os não indígenas e, principalmente o governo, impõe seus projetos para os povos indígenas aplicarem em suas comunidades, nós, estudantes indígenas, podemos trazer a nossa realidade, as nossas diferenças e construir um olhar crítico sobre esses projetos. Na universidade nós

também proporcionamos desafios para os/as professores/as não indígenas em relação ao ensino e a orientação dos projetos de pesquisa.

Escrevi este ensaio para apresentar minha trajetória acadêmica como indígena, o desafio de sair da comunidade e ingressar na universidade. É uma forma de expor os obstáculos do processo de acesso à universidade para os não indígenas e, também, para os jovens indígenas, para que estes entendam a importância da universidade. Nesse sentido, o meu trabalho é importante porque mostra a situação dos/as estudantes indígenas, além disso, é uma forma de apresentar nosso conhecimento para a sociedade ocidental, para que possam conhecer e entender a nossa entrada na universidade.

EDUCAÇÃO WAUJA E ESCOLARIZAÇÃO NÃO INDÍGENA

Começo descrevendo a minha história de vida, de aprendizagem desde criança até a vida adulta e também a minha trajetória escolar específica e a educação Wauja, passando pela educação escolar não indígena tanto no Ensino Fundamental, Ensino Médio, como na academia. É importante mencionar que essa reflexão fez parte da dissertação de mestrado que defendi em 2021. Na dissertação (Waurá, 2021) também tratei de minha trajetória que, como mostrarei, está relacionada à própria pesquisa desenvolvida sobre a educação e a reclusão pubertária do povo Wauja.

Quando eu era criança não tinha escola na aldeia e o Wauja vivia tradicionalmente, não possuía muito contato com os não indígenas, também não tinha relação com o trabalho e a cultura dos não indígenas naquele período. Por isso, não havia preocupação com o processo de escolaridade dos não indígenas.

Tínhamos somente a educação do Wauja que foi desenvolvida, praticada e transmitida na comunidade. Sempre o Wauja realizava as festas culturais, as atividades individuais e coletivas. Eu vivi no meio da educação do meu próprio povo e recebia o ensinamento dos meus pais e das minhas famílias⁵.

⁵Citei as famílias no plural para dizer que eu fiz esse trabalho junto com a comunidade da aldeia *Ulupuwene /Wauja*, incluindo a minha família. Na tradição *Wauja* não tem a divisão familiar e sempre se considera todas as famílias e a comunidade inteira como uma única família; a gente se conhece e se comunica e vive junto na aldeia. Por esse motivo chamei a comunidade inteira de famílias. É diferente dos não indígenas, eles não pensam igual ao povo *Wauja* e eles não consideram as pessoas que residem no Brasil como a sua família, apenas consideram as famílias próximas e não comunicam com todo mundo e, uma vez que moram na mesma terra, estado ou cidade, não conhecem todo mundo.

Desde pequeno, meus pais cuidaram de mim, me ensinando, me orientando a fazer as coisas certas e a não fazer as coisas ruins para a comunidade. Esses ensinamentos foram importantes para que eu respeitasse o pessoal da aldeia e outros povos que eu precisasse conviver quando crescesse. Posso dizer que eles me ensinaram coisas importantes na minha formação pessoal.

Eu sempre andava com as minhas famílias onde eles iam: nas pescarias, nos trabalhos, nos passeios, nas festas culturais em outras aldeias. Os meus pais não me falavam sobre a escola para estudar e aprender. Meu pai sempre me ensinava as nossas próprias tradições para eu aprender a minha cultura e, quando crescer, saber executar as tarefas dos adultos, saber lidar e sustentar a minha família.

Segundo a minha família, eu entrei pela primeira vez na escola para estudar no ano de 1985, com a senhora Joan Richards. Segundo Postigo (2014), ela era membro do *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Naquele período, ela estava dando aula de escrita da língua Wauja, matemática e língua portuguesa. Eu fui aluno dela e participava das aulas todas as manhãs. Depois de um tempo, ela voltou para a cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, e a professora Margarete⁶ veio para aldeia Wauja para dar aula às crianças e adultos, alfabetizando-os/as. Eu estudei nesse período, mas não demorou muito, ela voltou para a sua casa e, logo em seguida, em 1987, chegou outro professor que se chamava Joel Cruz⁷. Ele lecionava na aldeia Piyulaga, e ele também voltou para a sua casa. Depois disso, não estudei mais pois não tinha mais professor. Assim, fui crescendo, praticando a minha cultura, nem tinha ideia de que voltaria a estudar na escola. Na verdade, não sabia que a escola existia.

Com o tempo passando, até 1994 ou 1995, o Wauja precisava de um professor para ensinar as crianças da aldeia, pois elas precisavam aprender a cultura não indígena para serem capazes de se defender futuramente. Então, o professor Antônio Pereira Aroca⁸, descendente da etnia Pataxó, que morava em Brasília com sua família, foi convidado pela comunidade para lecionar. Ele chegou na aldeia Piyulaga em abril de 1995 e começou a trabalhar dando aula na aldeia. Em 1996, ele foi embora para a cidade. A aldeia ficou sem professor novamente e, como eu era criança ainda, não sabia

⁶Segundo os Wauja, a professora Margarete foi contratada pela Fundação da Nacional do Índio para alfabetizar as crianças e adultos/as *wauja* para aprenderem escrever e ler na Língua Portuguesa.

⁷É mesma situação, o professor Joel Cruz foi contratado pela Fundação Nacional do Índio.

⁸Antônio Pereira Aroca foi contratado pela prefeitura de Paranatinga-MT.

o que tinha acontecido. Cursei a terceira série incompleta já que ele saiu no meio do ano letivo.

Em 1997, eu recebi a informação através do rádio amador que havia uma escola na Coordenação Técnica Local (CTL) de Paranatinga⁹ e o chefe desse posto indígena estava precisando de alunos para que sua esposa pudesse trabalhar em sala de aula, por isso ele foi até à secretaria do município de Paranatinga e conseguiu um contrato para a sua esposa trabalhar como professora¹⁰. Depois que o contrato foi feito, o chefe mandou buscar os alunos lá na aldeia Piyulaga para levá-los para esse local, para que eles frequentassem as aulas. Ao todo, onze alunos passaram a estudar nesse local, incluindo eu.

Nesse período, alguns imprevistos aconteceram na viagem. Quando fomos para a escola, faltou gasolina no meio do rio. Ficamos cinco dias no meio do rio, sem comida, mas, mesmo assim, remamos, conseguimos chegar na CTL. Lá não havia casa para nos hospedar, tivemos que construir uma morada. Depois que fizemos o alojamento, começamos a assistir às aulas. Um mês depois, o chefe começou a mostrar o seu comportamento pessoal: ele brigava com a gente e ameaçava nos bater. Nesse local, não recebíamos comida. Ele mandava os alunos pescarem para comer, nos obrigando a fazer o trabalho pesado. Assim, nós alunos não comíamos e não estudávamos direito. Ele também nos arranhava com a *piyuwá*¹¹, ainda passava sal misturado com pimenta e limão nos ferimentos. Nós, os alunos, chorávamos de dor.

Os nossos pais e as nossas mães não sabiam o que estava acontecendo com seus filhos. Como eramos meninos, não tínhamos coragem de contar o que estava acontecendo. Ficávamos com muito medo porque ele nos vigiava. A situação era mais difícil ainda para nós, já que o rádio amador estava na casa desse chefe. Assim, nós não

⁹ Coordenação Técnica Local (CTL) Paranatinga é nome do posto onde o funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fica vigiando ou monitorando o limite da Terra Indígena do Xingu. Primeiro, o nome desse lugar foi Posto Indígena de Vigilância Batovi (PIV). Recentemente mudaram esse nome para Coordenação Técnica Local Paranatiga/Batovi. Hoje a CTL virou a aldeia que se chama *Tamitatoalo*.

¹⁰ Esta professora é descendente da etnia Fulni-ô do Estado de Pernambuco e se chama Yone Ponte de Lima.

¹¹ *Piyuwá* é uma arranhadeira, um instrumento feito com os dentes do peixe *yusiri* (peixe-cachorro pequeno de rabo vermelho) e com um pedaço de cabaça, que serve como base de sustentação. Os dentes são fixados no pedaço de cabaça e colados com a cera/resina da planta *ukuwanaki*. A cera se chama na língua Wauja *kehejukakí* e quer dizer “cera dura”. Essa cera (*kehejukakí*) também é usada para passar na linha de algodão ou outras linhas feitas pelo *kajappa* (não indígenas). Por exemplo, amarra-se a linha na ponta da flecha, entre outras coisas.

tínhamos a oportunidade de nos comunicar com a nossa família pelo rádio amador, ficávamos sem comunicação e sem informação sobre nossa família. Esse chefe maltratava muito as crianças menores, que tinham entre 10 ou 14 anos de idade (eu mesmo tinha 14 anos). Isso aconteceu durante oito meses.

Finalmente, a família dele foi visitar o seu filho e ficou um pouco nesse local. Como o pai dele era cacique da aldeia, criamos coragem e fomos até a casa dele conversar com o cacique. Lá contamos o que nós estávamos passando na CTL. Nós acabamos abandonando a escola local e voltamos para nossa aldeia Piyulaga.

Depois, não frequentei mais a escola já que não tinha professor nem escola na aldeia. Porém, tentei ir atrás de escola para estudar na cidade próxima de Canarana-MT. Fui com os meus primos falar com a senhora missionária Joan Richard que precisava de apoio para trabalhar e traduzir a bíblia em Língua Wauja, assim poderíamos aproveitar para estudar na cidade. Na época, ela morava na cidade de Canarana fazendo esse trabalho de tradução da bíblia para a Língua Wauja, por isso pedimos apoio a ela. Apesar do nosso pedido, ela não aceitou nos ajudar, já que ela ajudava três alunos jovens Wauja. Depois, fiquei muito tempo sem estudar. Eu sempre pescava e ajudava meu pai a trabalhar na roça, trabalho que os Wauja costumam aprender a fazer na vida.

Em 1998, a “Escola Municipal de Gaúcha do Norte” foi construída na aldeia Piyulaga. O prefeito fez um contrato para o professor indígena na aldeia e, assim, comecei a frequentar a escola novamente quando eu tinha 16 anos de idade. Fiz até a quinta série incompleta nessa escola.

Em 2005, a organização *Amazon Conservation Team* (ACT- Brasil) atuava na TIX e realizava oficinas educativas. Participei da capacitação para mecânico de diesel, promovida na cidade de Barra do Garças-MT pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, depois, fiz o curso de Vigilância Territorial realizado na cidade de Canarana. Nesse mesmo ano, os professores comentavam que iria acontecer o curso de Magistério Intercultural na TIX. Eu ouvia essa informação e pensava “será que vou conseguir participar para eu poder estudar?”. Até que chegou o momento da implementação do curso de magistério. Apesar disso, não participei da primeira etapa do curso.

Em 2006, foi promovida outra etapa, no mesmo local, na Coordenação Técnica Local (CTL) de Leonardo Villas Boas. Nesse ano tive a oportunidade e participei do curso

de Magistério Intercultural que conclui em 2010. Durante esse estudo, consegui uma vaga na escola da aldeia Piyulaga para ensinar as crianças da comunidade Wauja. Mais adiante, fiz outros cursos de formação continuada dos professores indígenas da TIX realizados pelo Centro de Formação dos Professores (CEFAPRO-MT). A partir dessa experiência, fiquei interessado em estudar e ampliar mais o meu conhecimento como professor indígena da aldeia, para lecionar as crianças e aos jovens Wauja. Foi assim que comecei a procurar uma oportunidade de ingressar na universidade para fazer o ensino superior e cursar uma graduação.

Em 2011, saiu um edital de vestibular para os povos indígenas oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) para o curso de Formação Superior Indígena (Educação Intercultural). Então, eu me interessei em concorrer a uma vaga. Eu me inscrevi e fiz prova, mas não consegui passar, apesar de ser classificado. Mesmo assim, eu não desisti de estudar e continuei realizando o meu trabalho, na sala de aula, como professor indígena junto com os meus alunos.

Em 2013, a UFG lançou um edital para o vestibular para o curso de Educação Intercultural no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI-UFG), específico para os professores indígenas. Eu conheci esse vestibular através dos colegas indígenas internautas, que me informaram, via rede social, sobre esse curso. Então, eu tive o interesse em concorrer a uma vaga. Fiz minha inscrição *online* e deu certo. Esperei até chegar o dia da prova e fui para a cidade de São Felix do Araguaia-MT, longe da aldeia. Depois da realização da prova, voltei para casa.

Fiquei esperando sair o resultado, até que, finalmente, saiu a lista dos candidatos aprovados. Para minha surpresa, meu nome estava na lista de primeira chamada. Na ocasião, a internet ainda não estava instalada na aldeia. Meu colega, que tinha acesso à internet, conseguiu ver a lista de aprovados e imprimiu no papel e levou para que eu lesse. Quando vi meu nome, fiquei muito feliz!

Em janeiro de 2014, fui até a cidade de Goiânia onde cursei o primeiro semestre do curso na UFG. A viagem até Goiânia foi longa. Cheguei em um final de semana, e, no início, fiquei muito perdido, pois não conhecia a cidade. Peguei o táxi na rodoviária que fica no centro da cidade e fui direto para o Campus 2 da UFG, no bairro Samambaia. Como era final de semana, a equipe de funcionários da coordenação do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI-UFG) não estava presente na

universidade. Conseguíamos fazer comunicação com os funcionários via rede social, onde recebemos orientações sobre a hospedagem dos alunos. Através da rede social, consegui chegar no alojamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER), local em que os/as alunos/as do primeiro período ficavam hospedados/as.

Ao longo do curso, sempre no período de férias escolares das crianças da aldeia, eu ia até Goiânia para fazer minha graduação. O curso de Educação Intercultural da UFG possui etapas presenciais em Goiânia, durante o período de recesso escolar, e etapas nas aldeias que ocorrem durante os semestres letivos. Além das aulas, participei de eventos, onde fiz alguns seminários, participei como ouvinte de palestras e apresentei o trabalho de Projeto Extraescolar, apresentei pôsteres e fiz estágios. Fora da UFG, participei do “VI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia”, realizado na cidade de Belém no Estado do Pará, em agosto de 2018.

Nesse evento apresentei um trabalho em forma de pôster com o título “A Fruta Nativa Comestível do Povo Wauja” que desenvolvi no meu estágio na Escola Indígena Municipal Ulupuwene, na Terra Indígena do Batovi-Xingu (TIB/X). No final, os organizadores da conferência avaliaram os trabalhos que foram apresentados no congresso pelos/as pesquisadores/as, estudantes universitários, professores/as universitários e cientistas. Nessa avaliação alguns trabalhos foram premiados, entre eles o meu obteve a terceira colocação de melhor trabalho apresentado em forma de pôster. Essa premiação foi muito importante para minha formação no curso de Educação Intercultural e para a UFG. Depois de cinco anos, o curso foi finalizado. No dia 7 de fevereiro de 2019, aconteceu a minha colação de grau (formatura) com a minha turma de estudo na UFG, no NTFSI.

Em agosto de 2018, eu ainda estava na reta final do curso de Educação Intercultural, quando o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG lançou o edital de seleção para ingresso no ano 2019, para nível de mestrado e doutorado. Fiquei sabendo do edital através dos colegas de estudo e dos/as professores/as do curso de Educação Intercultural. Então, eu tive o interesse em fazer a prova de seleção.

Assim que a minha graduação foi finalizada, fui embora para aldeia. Quando chegou o dia da prova, eu viajei para a Goiânia. Ao chegar na cidade, a professora Lorena

Dall 'Ara Guimarães, que foi minha orientadora na graduação, me convidou para seu apartamento e passei uma semana na residência da professora. Ao terminar a prova de seleção, voltei para a minha casa e esperei sair o resultado, a lista de candidatos aprovados. Quando saiu o resultado, o meu nome estava na décima posição. Fiquei muito feliz em ver o meu nome na lista de aprovados. Quando chegou o dia de iniciar a aula, viajei novamente para Goiânia, para iniciar o curso de mestrado.

Quando cheguei à cidade, fui diretamente para a coordenação do NTFSI. Chegando lá, fui muito bem recebido. Fiquei aguardando a coordenadora do PPGAS, que me levou de carro para a casa para alugar.

Uma semana depois começaram as aulas e, no mesmo dia, realizei matrícula e deu tudo certo. Em seguida passei a frequentar as aulas com meus colegas de turma. Durante aproximadamente três meses do primeiro semestre do ano letivo do curso de mestrado morei com dois colegas indígenas de etnias diferentes: Michael Xavante, do Mato Grosso, e Oziel Canela, do estado do Maranhão. Depois nos separamos e cada um ficou com seu aluguel.

Nessa ocasião, nós mudamos de casa e eu chamei a minha família para ficar comigo em Goiânia, já que nós, povos indígenas, não temos o costume de ficar muito tempo longe das famílias, a gente tem que cuidar das nossas famílias. Então, fiquei em um barracão de aluguel bem pequeno com a minha família. O dono do aluguel me acolheu bastante e arrumou algumas coisas para mim, como utensílios de cozinha.

Nesse estudo de mestrado também realizei palestras em algumas escolas de Goiânia, participei do Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais (FCS-UFG), e de reuniões de avaliação do PPGAS, até mesmo fui convidado pelos professores para participar de curso de graduação de outras áreas, como Educação Física. O tema da aula foi "*Kapí*¹² do Povo do Alto Xingu". Também participei como estagiário docente no curso de Educação Intercultural da UFG e fui convidado para curadoria da exposição de 50 anos do Museu Antropológico da UFG, que foi promovida pelo diretor desse museu. Levei dois anos e meio para terminar o mestrado, passei por muitos obstáculos no período de realização da pesquisa, devido a chegada da pandemia do novo Coronavírus

¹²*Kapí* é uma palavra da língua *Wauja* que designa uma luta corporal que é conhecida pelo não indígena como *Huka-Huka*. Esta luta *kapí* é praticada sempre na cerimônia do *kaumãí*. Cada povo do Alto Xingu tem seu próprio nome para chamar esta luta corporal em sua respectiva língua materna.

(Covid-19), além de demais dificuldades que passei no estudo. Depois da conclusão de mestrado saiu o edital da Unicamp/São Paulo para o nível de doutorado. Decidi participar da prova que ocorreu no formato remoto. Quando chegou o momento da prova fui para a cidade de Canarana para ter acesso à internet, já que na aldeia o sinal da internet não é bom. Devido a isso tive que viajar para esta cidade e fiquei uma semana realizando as provas. Depois, voltei para aldeia e aguardei o resultado. Quando saiu o resultado final, meu nome estava entre os aprovados. Assim, atualmente estou cursando o doutorado na Unicamp, porém, enfrentando a mesma dificuldade que passei anteriormente no estudo. Foi assim a minha trajetória de aprendizagem da vida, de escolarização Wauja e de escolarização não indígena (Waurá, 2021, p. 33-8).

APRENDIZAGEM NA UNIVERSIDADE

No decorrer do estudo na UFG descobri que esse espaço “universidade” é um lugar de interação, de reprodução e de aquisição de conhecimento. Por isso hoje sei da importância da Lei de Cotas, que a universidade está me dando uma grande oportunidade e me dando uma base de ampliação do conhecimento. A experiência de frequentar a universidade como estudante indígena me ajudou a entender de uma outra forma os saberes dos não indígenas e indígenas, inclusive do meu próprio povo Wauja.

Ao conhecer e interagir com os/as colegas de estudo e amigos/as eu percebi que estudar é muito importante para o meu treinamento profissional como professor indígena, me preparando para levar educação de qualidade para as novas gerações Wauja na aldeia. Fiquei encantado de ter a oportunidade de conhecer e dialogar com os/as professores/as universitários e, por meio disso, enxerguei o que está acontecendo à minha volta, tanto nas culturas e territórios indígenas, quanto nas culturas dos outros povos no mundo. Por isso tenho muita vontade de estudar sobre os conhecimentos, não indígena e indígenas, para colocar os saberes do meu povo no papel em forma de escrita, para preservar a informação que está na memória Wauja e para mostrar os conhecimentos e práticas da minha comunidade para os outros povos do mundo. Além disso, isso contribui para o fortalecimento do conhecimento tradicional e moderno na sociedade Wauja, promovendo a apropriação dos aspectos benéficos da cultura do não

indígena, como, por exemplo, como fazem os trabalhos de registro e escrita dos seus conhecimentos históricos e científicos.

Apesar de ter muitas dificuldades em algumas atividades na universidade, principalmente com a língua portuguesa, e também financeiramente, me esforcei e enfrentei a realidade de convivência na cidade grande no meio de pessoas desconhecidas. Nesse período de adaptação, os inícios das disciplinas do mestrado ficaram um pouco perdidos na minha memória e entendimento por falta de compreensão da língua portuguesa. Isso porque a língua portuguesa é uma segunda língua para mim e os textos nas disciplinas de mestrado são bem complexos de compreender. Levava uma semana estudando e lendo várias vezes os textos até que pouco a pouco fui me familiarizando com as aulas e conseguindo entender as ideias centrais dos textos e “teorias antropológicas”. Nesse momento, comecei a ficar maravilhado, tendo prazer em estudar e em elaborar os trabalhos para entregar para os/as professores/as.

No começo do semestre não compreendia direito os temas discutidos nas salas de aula. Eu ficava apenas assistindo a aula, tentando entender. Embora eu recebesse os textos para ler, demorou até eu conseguir entender as ideias centrais, no entanto, nunca desisti e, no final, já estava adorando o desafio e participando ativamente nos debates e nas aulas. Agora posso dizer que gostei e aprendi muito com a experiência e com o curso de Antropologia Social.

Assim, eu descobri e entendi a área de Antropologia Social e ainda aprendi sobre o comportamento dos estudantes universitários e a forma como eles aprendem. No meu ponto de vista, para aprender na universidade, o aluno tem de ser uma pessoa participativa e atenciosa e se envolver nos debates, eventos, seminários e fazer palestras nos eventos da universidade.

Também entendi que na sala de aula, os professores estão discutindo com os alunos sobre o tema e os alunos estão respondendo, debatendo e tirando as suas dúvidas em permanente diálogo. Os/As alunos/as não ficam quietos e silenciosos toda a aula, esperando terminar as explicações dos seus professores, esperando a sua vez de falar e perguntar. Todo mundo participa e contribui para a discussão, falando ao mesmo tempo. Isso eu presenciei na sala de aula e é muito diferente de minha cultura.

Como eu sou indígena, eu tenho meu próprio costume de receber a educação dos mais velhos. Primeiro eu ouço a explicação da professora e, assim que terminar a conversa, eu pergunto para ela as minhas dúvidas. Assim acontece na cultura de educação da minha comunidade Wauja. Na cultura do povo Wauja, o aprendiz não interrompe e não fala na hora da conversa dos educadores, conhecedores da cultura, quando eles estão transmitindo os conhecimentos para as novas gerações. Tem que esperar a sua vez de falar e se manifestar. Se você desrespeitar essa regra, será lembrado que esse comportamento é considerado “mal-educado”, que você está faltando ao respeito com seu educador. Por isso tem de se ouvir primeiro os ensinamentos e, depois, responder para tirar dúvidas sobre algo que está sendo repassado.

Eu entendi que isso é da cultura do não indígena e por isso não é considerado falta de educação. Porém, tive muita dificuldade e não dominei esse comportamento, nunca consegui fazer isso, nunca aprendi a falar na hora da explicação da professora na sala de aula, eu não tinha coragem de interromper as falas das professoras.

Antes eu não sabia como era estudar na universidade e viver na cidade grande, longe da família e entre as pessoas não indígenas. Quando entrei na UFG eu acabei conhecendo a convivência, o sofrimento e a luta da população brasileira não indígena que está buscando a melhoria de suas condições de vida, moradia, alimentação e lutando para sustentar as suas famílias. Igualmente, eu enfrentei essa realidade na vivência da cidade.

Assim que cumpri as disciplinas obrigatórias, eu comecei a trabalhar e a elaborar a minha pesquisa de campo, fazendo atividade por meio de observação, participação na comunidade Wauja e na UFG.

Um ano cursei as matérias obrigatórias e um ano passei elaborando o projeto de pesquisa e o trabalho de dissertação. Sou muito grato pela oportunidade de conhecer e aprender com os grandes professores/as da UFG, tendo adquirido conhecimento e saberes sobre o mundo dos não indígenas e de vários povos indígenas, adquirindo outras visões e entendimentos. Isso vai me ajudar a lutar pelo fortalecimento de minha própria cultura e preservação do conhecimento do povo Wauja. A experiência do mestrado me fez querer aprofundar mais alguns temas de pesquisa que eu gostaria de desenvolver, dando continuidade nos meus estudos. Foi através das conversas com os

meus professores/as e com os meus colegas que eu consegui desenvolver uma prática séria de dedicação à leitura e ao entendimento dos textos pensando cada vez mais criticamente sobre as teorias antropológicas.

Como diz o grande mestre João Paulo Lima Barreto, da etnia Tukano:

Durante o curso, eu tive contato com as teorias antropológicas, e percebi que os modelos de construção de conhecimentos me chamavam bastante atenção. O contato com as etnografias sobre os povos da Ásia, Melanésia, Nova Guiné e da África me fez perceber que o modo de vida destes povos era bastante idêntico ao povo Tukano, suas cosmologias, organização social e suas práticas cotidianas. (BARRETO, 2013, p. 22-23)

Do mesmo modo, durante o curso e lendo etnografias de outros povos na aula sobre “teoria antropológica” eu comecei a reparar nos modos de vida diferentes e semelhantes. Um maior entendimento sobre as culturas e práticas desses povos me possibilitou um renovado olhar sobre minha própria cultura. Por exemplo, na Terra Indígena do Xingu, apesar de existirem línguas diferentes, a alimentação e as práticas cotidianas são semelhantes. Porém, cada povo mantém sua identidade e preserva traços distintos, por vezes nas festas culturais e danças e canções de sua própria tradição, bem como outras práticas de organização social. A antropologia nos ajuda a entender a relação entre a diferença e semelhança entre povos (Waurá, 2021, p. 38-41).

Igualmente os Wauja têm a sua própria epistemologia, um modo de entender o mundo em que estamos vivendo através dos seus heróis *Kamo* (Sol), *Kejo* (Lua) e o seu avô demiurgo *Kuwamoto*. Eles que deram os ensinamentos para os Wauja, foi com eles que os Wauja conseguiram os seus conhecimentos para produzir os objetos, para se sustentar, para ter uma identidade e a vida. A educação se atualiza através das atividades coletivas e individuais. Assim que os Wauja conhecem a prática da reclusão pubertária onde os jovens se dedicam para aprender as suas tradições. Mais adiante apresentarei brevemente mais informações sobre esses assuntos.

CAMINHOS DE PESQUISA

Nessa seção, descrevo como realizei a pesquisa de mestrado a partir da experiência de aprendizagem no PPGAS-UFG como estudante acadêmico. O curso me permitiu direcionar o caminho certo para conseguir realizar a pesquisa de finalização de mestrado. Como contei, convivi um ano (2019) com os/as professores/as e colegas de turma de mestrado, participando das aulas das disciplinas obrigatórias do curso. Ao mesmo tempo, percebi que estava na “antropologia reversa” como discute Roy Wagner (Benites, 2007) observando a cultura da sociedade urbana. Foi assim que fiz durante a convivência no curso e, sobretudo, aprendi de ser pesquisador indígena, observando alguns detalhes da convivência dos não indígenas no ambiente acadêmico e fora dele. Por exemplo, o movimento das sociedades urbanas, seguindo as suas organizações sociais, as regras estabelecidas aos trabalhos, os horários das alimentações e demais outras atividades cotidianas ou os aspectos culturais realizados por eles/as junto com os seus familiares. Todas essas propriedades de comportamentos pessoais e coletivos da sociedade brasileira observei no momento de estada na cidade junto com as famílias. Nós nos adaptamos a esses costumes ocidentais, mas quase não conseguimos acostumar a seguir a rotina da cidade e, principalmente, os horários das alimentações porque nós temos a nossa própria cultura e a realidade que vivemos na comunidade. Porém, nós aprendemos um pouco a viver na cidade, assim como no curso de mestrado, por isso que consegui abordar algumas pessoas da comunidade quando estava promovendo a pesquisa na aldeia.

A metodologia que eu utilizei para realizar o trabalho de pesquisa foi a “observação direta” (João, 2011, p. 16). Dessa forma, realizei uma pesquisa de campo focada na observação, participação e convívio na comunidade, principalmente observando as práticas dos homens e das mulheres Wauja a respeito da reclusão pubertária.

Como contei na dissertação (WAURÁ, 2021) iniciei a atividade de pesquisa visitando as famílias e os parentes, passando de casa em casa, conversando, interagindo e entrevistando as mulheres e os homens da aldeia Ulupuwene, seguindo a metodologia que aprendi nas matérias que cursei durante o mestrado. Observei o movimento da

comunidade, da aldeia, acompanhando a rotina do pessoal e principalmente das mulheres.

Quando pensava em fazer uma determinada entrevista, primeiro ia à casa das pessoas para marcar com elas, para não interferir em suas atividades do dia-a-dia. Depois, no dia marcado, realizava as entrevistas para reunir informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Do mesmo modo, sempre pedi autorização para gravar as entrevistas e tirar fotos durante a pesquisa de campo. Depois, pelas gravações, fazia as traduções para o português conforme os relatos sobre os assuntos abordados. Além disso, anotava as informações e os assuntos interessantes para o meu trabalho no caderno de campo, para não esquecer de redigir e anotar as dúvidas das pessoas sobre o meu trabalho e poder esclarecer depois e, até mesmo, tirei algumas fotos relacionadas ao tema do trabalho.

Durante a pesquisa não encontrei nenhuma pessoa que recusasse as entrevistas, toda a mulher e todo o homem estavam dispostos a me ajudar, a contar a história e falar sobre a reclusão pubertária Wauja e sobre a produção do algodão no conhecimento Wauja, que também foi tema da pesquisa.

As entrevistas foram feitas em conversas livres e abertas, para a outra pessoa falar e conversar sobre o seu conhecimento do assunto envolvendo outro tema e para que as pessoas da casa também participassem da conversa e ouvissem o relato da pessoa entrevistada.

Sempre fiquei atento nas conversas para fazer anotações no caderno de campo, enquanto gravava a fala das pessoas entrevistadas. Às vezes não carreguei meu caderno de campo, usei apenas o celular para gravar e tirar fotos quando precisei, para registrar andando e conversando normalmente, apenas ouvindo, observando o movimento na comunidade e sabendo que a cultura do povo Wauja somente capta informação pelo ouvido e pela observação. É isso que comparei na minha atividade, sempre diferenciando a maneira que o não indígena realiza a sua pesquisa entre a comunidade indígena, carregando todos os seus equipamentos de registro nas mãos entre as pessoas, visitando as famílias das casas. Isso leva as pessoas Wauja a ficarem envergonhadas na presença do pesquisador na aldeia. Lembrando disso, não carreguei o caderno grande, apenas peguei o celular e o caderninho para não despertar a

curiosidade das pessoas de casa, para os conhecedores das histórias contarem e falarem com tranquilidade durante a conversa. Dessa forma, realizei o trabalho na comunidade, e funcionaram muito bem as minhas entrevistas com as mulheres Wauja.

Costumava visitar de manhã e à tarde as pessoas, para ver a reclusão das meninas Wauja e também para tentar ter a sorte de ver algumas mulheres, jovens ou meninas preparando a fibra de algodão. Desde o início da pesquisa, fiquei atento e na expectativa de ver alguém executando este trabalho, mas, infelizmente, não tive a oportunidade de presenciá-lo. Pude verificar que é um saber-fazer quase extinto na comunidade Wauja, porque só as mulheres mais velhas se recordam dele, embora elas também já não o façam. Normalmente, durante minhas visitas, registrei que as mulheres mais velhas se dedicam à produção de cerâmica, de cuia e também participam do processo de preparação da mandioca para fazer a massa de polvilho, que é a base de nossa alimentação, servindo para preparação de beiju e de mingau de massa de mandioca. Além disso, elas fazem esteiras e colocam os colares de missangas dos não indígenas em fileiras.

As mulheres mais jovens confeccionam as pulseiras e colares de missangas, processam a mandioca, cozinham o peixe e fazem outros deveres de casa. Consegui visitar algumas famílias das meninas reclusas como as senhoras Kalumá e Atanakulu, as filhas delas estavam realizando a reclusão no mesmo momento em que realizei a pesquisa. Infelizmente, não registrei em nenhuma casa a produção de fiação de algodão, apenas consegui presenciar a confecção da rede de dormir, que também fez parte do meu trabalho de pesquisa.

No primeiro dia da realização do trabalho, notei que os jovens da aldeia ainda não tinham curiosidade pela minha atividade de estudo. Depois de um tempo, alguns jovens vieram ao meu encontro, demonstrando sua curiosidade sobre o estudo que estava fazendo na UFG. As perguntas feitas foram as seguintes: Qual estudo você está fazendo? Como foi a vivência na UFG e na cidade de Goiânia? Quem é que está ajudando você?

Durante esse percurso, interagi mais com as mulheres, principalmente por causa das entrevistas que realizei com elas. Minhas principais interlocutoras foram as mulheres das minhas famílias, que me auxiliaram a reunir informações sobre a reclusão,

a confecção de algodão, sobre o fuso de fiar e sobre o conhecimento tradicional da minha comunidade.

O trabalho de pesquisa de campo foi desenvolvido na aldeia Ulupuwene do povo Wauja, na TIB/X. Finalizei as disciplinas e aulas obrigatórias e voltei para a minha aldeia Ulupuwene, local onde pretendo cumprir minha missão como acadêmico e pesquisador indígena. Então, atuei na aldeia Ulupuwene como pesquisador indígena ao longo do estudo e, quando estava chegando o período de retorno para a UFG, para encontrar com a minha professora orientadora e receber a orientação para iniciar a elaboração da dissertação, foi declarado pela Organização Mundial de Saúde o estado de pandemia causada pelo Covid-19.

Rapidamente esta doença chegou no Brasil e a imprensa divulgou os casos. Em seguida, recebi a mensagem da minha orientadora dizendo que todas atividades das universidades federais do Brasil fecharam as portas por causa dessa doença contagiosa. Ela me pediu para ficar na aldeia realizando o trabalho e elaborando o projeto de dissertação para não pegar o Covid-19. Então, o Ministério da Saúde criou o protocolo de “isolamento social” e todas as pessoas se isolaram em casa. Todos ficaram trabalhando *online*, remotamente. Minhas orientações e meu exame de qualificação foram feitos à distância. No mês de agosto de 2020, o coronavírus chegou no Alto Xingu. O primeiro povo infectado foi o Kalapalo em que faleceram quatro pessoas; depois no povo Yawalapiti morreram três pessoas, no povo Kamaiurá faleceram quatro pessoas, tudo em cada semana. Em seguida outras comunidades foram contaminadas, porém o Covid-19 não contaminou o povo Wauja no ano 2020. Cada aldeia criou o seu protocolo de prevenção da doença. A comunidade da aldeia Ulupuwene se organizou bem, nos reunimos e decidimos seguir o protocolo criado pelo Ministério da Saúde para fazer “isolamento social” e o pessoal da aldeia Ulupuwene não saiu para cidade entre os meses de maio, junho e julho. Na comunidade da aldeia Ulupuwene onde moro, o Covid-19 levou um ano até, infelizmente, nos atingir em 2021. Assim que a pandemia diminuiu, o cacique da aldeia liberou as pessoas para irem à cidade comprar algumas coisas necessárias e demais outras atividades. Mas estas pessoas que foram para cidade seguiram as regras e usaram máscara, higienizaram as mãos, se cuidaram para não se contaminarem. No mês de janeiro de 2021, chegou à vacina na TIX. Todos tomaram a vacina contra Covid-19, incluindo a comunidade da Aldeia Ulupuwene. Depois da vacina,

no mês de fevereiro de 2021, todas pessoas da aldeia Ulupuwene foram contaminadas pelo Covid-19, todo o mundo adoeceu, mas não aconteceu nenhuma morte na comunidade nem no povo Wauja.

Mesmo com a pandemia, as entrevistas não foram realizadas só na aldeia Ulupuwene. Também dialoguei com as mulheres de outras aldeias, como a minha tia Kalupuku Waurá da aldeia Piyulaga, o meu tio Awapataku Waurá e a esposa tia Pere Waurá da aldeia Piyulewene. Infelizmente, não consegui chegar pessoalmente para realizar as entrevistas nestas aldeias que citei, mas consegui as informações por meio de comunicação de rede social *WhatsApp*, de gravação de áudio ou ligação e gravação.

A pesquisadora Ruth Benedict (1973), antropóloga norte-americana, no livro publicado em 1946, descreveu a cultura japonesa à distância - devido à guerra entre Estados Unidos e Japão. A autora explicou como realizou o seu trabalho de etnografia, destacando que o fez através de consulta a vários livros, revistas, jornais e entrevistando algumas pessoas que vieram do Japão (imigrantes), ou usando testemunhos secundários. De modo semelhante, promovi a pesquisa na minha comunidade Wauja, pensando como alcançar a informação do tema entre conhecedores que vivem em outras aldeias. A internet facilitou a minha pesquisa de campo. Tal como fiz com a minha professora orientadora fazendo o contato com ela por internet e demais colegas, tirando minhas dúvidas na elaboração do trabalho.

Antes de iniciar minha pesquisa busquei a opinião e autorização da comunidade. Assim, me dirigi ao cacique/pajé Elewoká Waurá e, junto com ele, fiz uma reunião no centro da aldeia com a comunidade (Waurá, 2021, p. 41 -6).

Nesta conversa expliquei, esclareci a finalidade do projeto de pesquisa para a comunidade, para que ela ficasse informada antes de realizar a entrevista com as mulheres e os homens. Foi assim que, toda a comunidade ficou sabendo sobre meu projeto de pesquisa com a comunidade da aldeia. Consegui constituir o corpo da dissertação pelo meio de entrevistas, mas também consultei os artigos, as dissertações, as teses, os livros e os vídeos, observei, como mencionei no início do texto, e desta forma elaborei o trabalho de mestrado na aldeia Ulupuwene e na comunidade Wauja.

EDUCAÇÃO WAUJA E RECLUSÃO PUBERTÁRIA

Os Wauja têm as suas próprias ciências, a partir delas que eles educam as novas gerações e, sobretudo, que se aprende numa visão ampla e interdisciplinar, fundada na memória e na prática. Por isso, o conhecimento Wauja, como todo o ensinamento indígena, não se divide entre prática e oralidade. Estas teorias andam juntos. Como destaquei anteriormente onde tratei da minha formação pessoal, a aprendizagem se inicia em casa vivendo junto com a família e a comunidade.

Desde crianças, os Wauja praticam os saberes do seu povo, prestando muita atenção no trabalho que o homem adulto e mulher adulta fazem diariamente. As crianças, jovens e adultos estão sempre ligados às pessoas que os ensinam, observando cada movimento do “professor” nos seus trabalhos.

As principais palavras da teoria de aprendizagem do povo Wauja utilizadas pelo instrutor são: “pode ver e pode ouvir”, “treine e aprende”. Estas palavras são sempre utilizadas na noção Wauja quando se está aprendendo a ser especialista em determinada tarefa.

Clarice Cohn descreve essa tradição de aprender as práticas de saberes por meio de ouvir e ver entre o povo Xikrin.

(...) não são apenas os elementos internos da criança que devem se desenvolver, mas também seus órgãos sensoriais, especialmente os olhos e os ouvidos, que lhe possibilitarão aprender e assim, além de obter conhecimentos, agir apropriadamente.

[No conhecimento do] (...) Xikrin, saber, conhecer, aprender, entender e compreender estão todos inseridos em duas capacidades, a de ver e ouvir.

(...) Do mesmo modo, a capacidade de aprender e entender é correlacionada às capacidades sensoriais de ver e ouvir, e as crianças devem desenvolver esses órgãos. Isso faz parte do crescimento natural da criança e, embora seja uma característica individual, algumas crianças se diferenciam das outras por seu desenvolvimento mais rápido. (COHN, 2000, p. 200)

Este modo de aprendizagem apresentado por Clarice Cohn é comum entre as comunidades indígenas, o mesmo acontecendo entre o povo Wauja que, através da prática de ouvir e de ver, educa as suas crianças e jovens (Figura 1). Na comunidade Wauja não tem muitas diferenças entre o modo de aprendizagem das mulheres e dos

homens. Nem todo o mundo aprende da mesma forma, cada pessoa tem seu ritmo de aprendizagem do conhecimento das técnicas e práticas tradicionais.



Figura 1: Ancião Yakuwana Waurá contando a história do brinquedo tradicional do povo *Wauja talalá* (carrinho de madeira com roda feito de cabaça) para as crianças em casa, na aldeia *Ulupuwene*. As crianças se sentam em torno do ancião, prestando atenção e ouvindo as histórias. (Foto: Autaki Waurá, 2016).

Atualmente, crianças e jovens frequentam, também, a escola da aldeia, instituição que foi implantada pelo não indígena para a comunidade aprender a cultura do não indígena e, primordialmente, aprender a ler e escrever na língua portuguesa. Esta aprendizagem é importante para fortalecer o povo na reivindicação e defesa de seus direitos, assegurando os direitos de praticar os modos de vida Wauja. Os Wauja não estão deixando de praticar a forma de aprendizagem tradicional, mantendo os dois sistemas de aprendizagem, não esquecendo a sua própria ciência ancestral.

Refletindo sobre como este comportamento influencia na educação Wauja, decidi buscar mais informações com a senhora Kuweniru Waurá, de aproximadamente 62 anos de idade. Ela explica, em sua entrevista, como o Wauja ensina e adquire os conhecimentos na sua infância e na fase da reclusão.

[...] É desde criança que a gente aprende. A gente não tem o espaço para aprender; só na nossa casa a gente aprende com as famílias. Cada família aprende as coisas na sua própria casa... É lá que a criança aprende e observa o trabalho do adulto, ao mesmo tempo, a mãe manda a criança fazer as coisas em casa, pedindo ajuda para fazer o trabalho de tecer a rede de dormir e outros.

A gente ensina as nossas crianças diariamente através da prática, oralidade e orientação para adquirir o conhecimento e serem capazes de trabalhar sozinhos, para que, quando crescerem, se tornem jovens e adultos capazes de sustentar as famílias. É assim que é nosso modo de aprender o conhecimento.

Foi assim que sua finada avó me ensinou a fazer o trabalho; ela me pedia para [descascar], ralar, peneirar a massa de mandioca... [fazer [beiju]¹³, cozinhar [caldo de mandioca] [e peixe]. Quando eu era criança, foi assim que aprendi o conhecimento em relação às atividades práticas. Ela me ensinou muito bem. Quando fazia trabalho com a mão esquerda, ela não gostava e me orientava para fazer certo o trabalho. Ela sempre estava me acompanhando, até que eu aprendi a fazer sozinha a tarefa. É assim que a gente aprende o conhecimento; aprende junto com a mãe e o pai e as famílias na nossa casa e outros lugares. (Relato de Kuweniru Waurá, 2020).

A senhora Kuweniru Waurá destacou o processo de ensino-aprendizagem do povo Wauja, afirmando que as crianças, os jovens e adultos adquirem o conhecimento através do ensinamento dos anciãos e das anciãs. Também é por meio de convivência das famílias ou com outras famílias que as pessoas Wauja aprendem. Na maioria das vezes, os Wauja adquirem os conhecimentos desta maneira que a anciã Kuweniru Waurá descreveu no seu depoimento. Assim, todos os conhecimentos e práticas de produção de utensílios, as regras das danças culturais, dos cantos e dos comportamentos sociais, são aprendidas ao longo da vida toda. É por isso que a educação, o processo de aprendizagem e a socialização são importantes para os jovens. Através disso, eles expandem a sua aprendizagem e as suas experiências, desenvolvendo os conhecimentos de práticas para a manutenção do comportamento pessoal, coletivo e de saberes que compõem a vida Wauja (Waurá, 2021, p. 50-8).

¹³ Para conhecer mais sobre o processo de produção de mandioca acesse o filme “A cultura do beiju povo Wauja”: <https://youtu.be/QbNTOArNeUkou>. O filme foi produzido na aldeia Piyulaga do povo Wauja pelos alunos da turma de 2014 do curso de Educação Intercultural/Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior dos Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A educação Wauja, mas também a reclusão pubertária e a produção do fio de algodão Wauja, além da produção da pessoa Wauja que está relacionada com o uso de adereços de fio de algodão nos corpos durante a realização da reclusão pubertária, foram temas desenvolvidos na dissertação de mestrado. Dialoguei com alguns autores/as que pesquisaram sobre a reclusão pubertária. No período de realização da pesquisa encontrei alguns trabalhos dos/as pesquisadores/as que investigaram a reclusão dos povos do Alto Xingu. A partir destas informações consegui entender a importância da reclusão Wauja e, mais adiante, compreendi o sistema xinguano em relação a prática do rito de passagem da reclusão pubertária. Os Wauja aprendem a sua própria cultura e o conhecimento desde criança com as famílias e com a sua comunidade Wauja, porém, imprescindivelmente, a criança deve passar pelo processo de reclusão quando chegar no momento da sua puberdade, é assim que esses/as jovens se preparam fisicamente para seus trabalhos e às práticas da vida adulta, por meio de ingestão do remédio de raiz da planta, de escarificação, uso de adereço nos antebraços, nos joelhos, nos tornozelos e da dieta alimentar. Assim os jovens manejam os corpos para transformarem corporalmente e ser pessoa Wauja (Figura 2).

Marina Novo (2018) explica a finalidade de utilização dos adereços de fio de algodão nos corpos para o povo Kalapalo, para que as panturrilhas cresçam, os braços cresçam e, também para que eles/as engordem, além disso, irão passar por várias regras como restrições alimentares para conseguir um bom desenvolvimento do corpo durante reclusão pubertária. Até mesmo Carlos Eduardo Costa (2020) analisou o objetivo da realização da reclusão entre os Kalapalo e relatou que, além da transformação do corpo dos jovens, eles dedicam mais tempo para adquirir conhecimentos e tomar remédios para se tornarem lutadores campeões. Assim os jovens vão passar por uma longa reclusão na sua vida para seguir todos os processos de preparação da função desejados pela família e pelo jovem. Para que, por exemplo, no futuro ser representante da sua comunidade no ritual *Kaumãï* e em demais práticas culturais. Também de acordo com Viveiros de Castro (1987) a reclusão é para que ambos gêneros, masculino e feminino, troque o corpo, mude o corpo, conforme o conhecimento do povo Yawalapiti. Além de uma produção do corpo, os jovens, tanto homens quanto mulheres, vão assumir papéis de liderança ou de cacique. Por isso realizam esta prática, realizam a reclusão para adquirir conhecimentos e para se prepararem para seu futuro.



Figura 2: As moças reclusas estão ensaiando antes para se apresentarem no final do ritual *Kaumã* e levar as castanhas de pequi para cada cacique convidado que participou no *Kaumã* da aldeia *Ulupuwene/Waurá* (Foto: Hukai Waurá, 2018).

Sergio Corrêa Tavares (1994) também examinou a reclusão, ele relatou sobre como o povo Kamaiura realiza a reclusão e destacou que na prática de reclusão os jovens acompanham, treinam atentamente as atividades do dia a dia da sua família, da sua comunidade, para que no futuro eles mesmos saibam como cuidar da família. O autor conta que após o encerramento da reclusão ambos gêneros, masculino e feminino, se já estiverem comprometidos, podem se casar. Se não estiverem noivados/as, continuam solteiros/as mais tempo com as famílias até encontrar companheiros/as. Embora todos/as jovens passem pelo processo de reclusão, cada gênero tem ensinamentos específicos. O rapaz se dedica a aprender atividades masculinas como a cestaria. A moça aprende o trabalho feminino como a produção do algodão, porém não é apenas isso, há muitos outros aprendizados como assinala Bruna Franchetto:

A menina ao menstruar pela primeira vez e definida coletivamente e publicamente como masope (de matso menstruar acrescentado por um sufixo nominalizador e temporal aquela que já teve sangue menstrual) é retirada da visibilidade social durante um período que pode variar de alguns

meses a dois anos dependendo das expectativas e status de seu grupo familiar. Fisicamente invisível num canto protegido e cercado da casa, a reclusa vive uma metamorfose que a transformará de menina em mulher, seu corpo como todo corpo recluso púbere homem ou mulher se submete a uma fabricação somática que redundará na fabricação da pessoa social sexuada adulta (Franchetto, 1996, p. 37).

Esses/as autores/as apresentaram o sistema cultural alto-xinguano relacionado a reclusão pubertária que integra, junto com os Wauja, outros povos citados acima no texto. As práticas de reclusão do Alto Xingu têm semelhanças com as praticadas entre os Wauja, mas têm também diferenças nas regras, nos remédios que se toma. Por exemplo, a saída da reclusão, o tempo de duração, a amarração de fio do algodão nos corpos e o objetivo são semelhantes. As práticas associadas à reclusão, ajudam os/as jovens reclusos a engordar e crescer corporalmente. O trabalho / manejo do corpo funciona como uma produção da pessoa Wauja. De um modo geral, a duração da reclusão pubertária entre os Wauja, tanto para o homem quanto para a mulher, varia entre um ano, dois anos ou mais tempo, dependendo da vontade da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs apresentar a minha trajetória de vida na educação Wauja e na educação do não indígena como: no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Licenciatura Intercultural/Graduação, Mestrado e também os desafios de ingresso na universidade e na prática de pesquisa sobre a reclusão pubertária que foi o principal tema da minha dissertação.

Em relação aos modos de aprendizagem Wauja, aprendemos desde crianças, ensinados pelos pais, até a adolescência. Nesse processo que aprendi a própria educação Wauja, na infância e na adolescência, com as famílias e a comunidade Wauja na aldeia. Por meio de ensinamentos das práticas de saberes culturais tradicionais, orais e manuais, por meio das observações, da participação, das cores, das astronomias e demais outros sons ou fenômenos da natureza que aprendi a ser Wauja.

O processo de aprendizagem do povo Wauja é diferente da aprendizagem do não indígena que têm sua própria educação e seus modos de ensinar as suas novas

gerações como na escola e na universidade. Eles têm os níveis de estudo e o conhecimento que seguem para formar uma boa pessoa. Recentemente, nós, comunidade Wauja, fizemos contato com os não indígenas e acabamos conhecendo a cultura não indígena. Então, começamos a aceitar a implantação da escola na nossa aldeia Wauja. Com isso, comecei a participar e a frequentar a sala de aula para estudar e seguir a regra, os tempos e as atividades escolares. Ao mesmo tempo, estava aprendendo as tradições do povo Wauja e realizando as atividades que a comunidade realiza para sustentar as famílias. Foi assim que consegui ir me familiarizando, aprendi a cultura não indígena e, principalmente, entendi importância da leitura e da escrita tanto na língua Wauja quanto na língua portuguesa. Nós, comunidade Wauja, buscamos o direito de ingressar na universidade para cursar o Ensino Superior para entender o conhecimento não indígena e, através disso, continuar a lutar, reivindicar os nossos direitos.

Neste momento a comunidade Wauja compreendeu que estudar na universidade é uma grande conquista para as novas gerações, especialmente porque antes não tinham as cotas nem políticas de ação afirmativa para os povos indígenas. Dificilmente ingressávamos no espaço da universidade para realizar o estudo. Hoje, existem as ações afirmativas nas universidades federais e estaduais e, portanto, nós povos indígenas conseguimos levar os nossos conhecimentos, mostrando nossas teorias de entendimento do mundo, contribuindo com a universidade, tanto para indígenas quanto para não indígenas. Sabemos que através do estudo na universidade conseguimos transmitir nossas visões e ciências aos professores/as, às autoridades competentes para que entendam que nós, povos indígenas, podemos nos tornar pesquisadores/as universitários e/ou assumir funções públicas.

Por meio de pesquisa sobre a nossa própria ciência também conseguimos materializar narrativas como material didático para a escola, para os/as professores/as usarem em seus trabalhos. No mestrado, consegui realizar uma pesquisa sobre as práticas da reclusão pubertária do povo Wauja e analisei outras narrativas relacionadas ao tema, principalmente a produção do corpo dos/as jovens Wauja através da reclusão e também a saúde, a educação e a beleza.

No decorrer deste estudo observei que nós, alunos indígenas, temos grande dificuldade de nos deslocar da aldeia para participar das disciplinas obrigatórias dos

cursos e que também é difícil se adaptar a seguir a rotina da cidade. Assim, a permanência dos/as alunos/as indígenas na universidade não é segura. Não temos moradias próprias e enfrentamos lutas para sobreviver durante os estudos. Mesmo com esses obstáculos, nós, estudantes indígenas, ingressamos na universidade e não desistimos de alcançar nosso objetivo na vida.

É muito importante lutar e ingressar no Ensino Superior para buscar os conhecimentos que nós, povos indígenas, não conhecíamos e para entender o mundo dos não indígenas, como a organização de trabalho, a língua portuguesa, suas lutas e demais outros conhecimentos. Até mesmo a pesquisa é essencial porque através dela fortalecemos, valorizamos os nossos conhecimentos, e podemos registrar as culturas no papel. Inclusive para a divulgação dos conhecimentos e dos desafios de acesso à universidade, como fiz neste texto, para que as sociedades brasileiras conheçam as lutas e experiências dos/as estudantes indígenas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, João Paulo Lima. *Wai-Mahsã: peixes e humanos um ensaio de antropologia indígena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BENEDICT, Ruth. *The Chrysanthemum and the Sword*. C.E. Tuttle, EUA, 1973.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. "Cultura e Reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem "inventiva" de Roy Wagner". *Campos* (UFPR), v.8, p.117-130, 2007.

COHN, Clarice. "Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá". *Revista de Antropologia*, V.43 n.2. São Paulo: USP, 2000.

COSTA, Carlos Eduardo. "Política da reclusão: chefia e fabricação de corpos no Alto Xingu". *R@U - Revista Antropologia da UFSCAR*, n.12 (1). São Paulo: UFSCAR, jan./jun.2020, p. 145-172.

FRANCHETTO, Bruna. "Mulheres entre os Kuikúro". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 35, jan. 1996. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16653/15211>>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

JOÃO, Izaque. *Reko Nheypyu Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os kaiowá de panambi, panambizinho e sucury*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

NOVO, Marina. Pereira. "Esse é o meu patikula": Uma etnografia do dinheiro e outras coisas entre os Kalapalo de Aiha. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

POSTIGO, Adriana Viana. *Língua Wauja (Aruwak)*: uma descrição fonológica e morfossintática. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". São Paulo, 2014.

TAVARES, Sérgio Correa. *A Reclusão Pubertária nos Kamayurá de Ipavu - um enfoque biocultural*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A fabricação do corpo na sociedade Xinguana". Boletim do Museu Nacional, *Série Antropologia*, n. 32. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1979.

WAURÁ, Autaki. *Wauja Qnáka, Qnakiyejetuwãpitsana: Reclusão Pubertária, Saúde, Beleza e o Saber-Fazer do Algodão*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2021.